

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: Uma Análise Bibliométrica dos trabalhos publicados nos Congressos ANPCONT e USP entre os anos de 2014 e 2021

DANIEL EDUARDO DE OLIVEIRA
Daniel@idcontabilidade.com
UFMG

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA FRANCISCO
jroberto@face.ufmg.br
UFMG

MICHELE CRISTINA BUENO DE SENA TOMAZ
tchelesena@gmail.com
UFMG

LUCCA ALVES TANAN
lucuat@gmail.com
UFMG

Resumo: O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) é uma entidade de direito privada, criada pela resolução do CFC nº 1.055/2005, cujo objetivo é convergir as normas contábeis internacionais estabelecidas pelo IASB (International Accounting Standards Boards) por meio das IFRS (International Financial Reporting Standards) ao padrão brasileiro. O objetivo deste estudo consistiu em analisar como o CPC 03 e a demonstração dos fluxos de caixa, são abordados nos principais congressos de contabilidade no Brasil (USP e ANPCONT). Dessa forma, o presente trabalho levantou os artigos apresentados nos dois principais congressos de contabilidade no Brasil por meio de uma pesquisa descritiva e bibliométrica. Foram coletados nos sites dos dois congressos os artigos que abordavam os termos, CPC 03 e fluxo de caixa, em seguida foi realizada uma análise bibliométrica, seguida pela análise de conteúdo dos resumos e demonstrado os resultados de forma quantitativa, qualitativa e descritiva. Os resultados mostraram que publicações neste tema, foram de apenas seis na ANPCONT e oito na USP em oito anos de congressos analisados. As universidades dos autores que mais contribuíram para a disseminação do tema, foram as UFRGS e a UFPB. Com a análise de conteúdo, foi possível notar que nestes congressos não houve disseminação de conhecimento a respeito do CPC 03 e Demonstração dos Fluxos de Caixa, os artigos da pesquisa, apenas o utilizam para verificar outros problemas. Conclui-se que estes números representam um percentual muito baixo, levando em

conta que foram analisados oitos anos de congresso e a proporção de artigos publicados. É necessário um estudo posterior para avaliar as possíveis causas da pouca divulgação do tema em congressos de contabilidade e possivelmente ampliar a pesquisa em torno de outros congressos.

Palavras Chave: CPC 03 - Fluxo de caixa - Congressos - Bibliométrica -

1. INTRODUÇÃO

O profissional da contabilidade se encontra constantemente diante de desafios causados pelas mudanças na economia mundial, e isso é o maior fator para que estejam sempre em atualização de conhecimento a respeito das normas internacionais de contabilidade (IFRS). Diante das mudanças nas normas contábeis nos últimos anos, o número de publicações de produções científicas se apresentam de forma significativa e necessária, pois possibilita a disseminação dos conhecimentos realizados, por meio de divulgações em periódicos, revistas, congressos científicos e demais eventos e formas de publicações.

A produção científica é uma importante fonte de informações para toda a população, pois este processo de pesquisa científica, torna público o conhecimento obtido por meio das pesquisas realizadas sobre um determinado assunto. Essa difusão dos conhecimentos que estão sendo desenvolvidos pelos pesquisadores, principalmente nas universidades, são discutidos nos eventos promovidos por instituições de ensino, ou outras organizações que buscam a ampliação e a difusão da produção científica. Dessa forma é perceptível a evolução dos estudos que apresentam uma abordagem bibliométrica, com a finalidade de avaliar as características das pesquisas que estão sendo divulgadas em eventos ou periódicos da área (Gomes, Oliveira, Coelho & Andrade, 2008).

Diante da importância e O CPC é uma entidade de direito privada, criada pela resolução do CFC nº 1.055/2005, cujo objetivo é gerar a convergência das normas contábeis internacionais estabelecidas pelo IASB por meio das IFRS (International Financial Reporting Standards) ao padrão brasileiro. Ribeiro (2019)

A obrigatoriedade da utilização do CPC 03 para profissionais de contabilidade e stakeholders na análise das demonstrações para investimentos, este estudo possui o seguinte problema de pesquisa: como o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, é abordado nos Congressos ANPCONT e USP de contabilidade?

No Brasil, a demonstração de fluxos de caixa só se tornou obrigatória de forma geral a partir da publicação da Lei nº 11638/2007, antes disso a obrigatoriedade só atingia setores específicos como energia elétrica (exigência da Aneel) e empresas com nível de governança de Novo Mercado (por exigência da Bovespa). A demonstração surge como substituta à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (Doar). De acordo com Martins (1999), ainda que a Doar fosse mais rica e relevante, sua dificuldade de elaboração e análise fazia com que sua divulgação fosse menos abrangente, priorizando o uso da DFC (Demonstrações de fluxo de caixa) por sua maior utilidade e entendimento mais simples. É válido ressaltar que essa é uma demonstração que, pela lei, é somente obrigatória para companhias abertas com Patrimônio Líquido acima de dois milhões de reais (art. 176, § 6º). Iudícibus et al (2022).

De acordo com Sá (2004), analisar o fluxo de caixa, é buscar entender a geração de liquidez da companhia. É reconhecer quais atividades estão formando um fluxo de caixa favorável ou desfavorável e quais atividades estão periodicamente impossibilitando o caixa formado fazer-se acessível. Portanto, o fluxo de caixa de uma empresa é proveitoso para qualificar a competência que uma empresa possui de produzir caixa e equivalentes de caixa, e como também a forma com que essa empresa utiliza esse fluxo de caixa. Todas as companhias precisam gerar caixa pelos mesmos motivos, mesmo sendo diferentes o modo de obter receitas. A necessidade de caixa surge para que a operação da empresa continue, para cumprir com suas obrigações e recompensar seus investidores. Ainda segundo Sá (2004), existem companhias que passaram por grandes períodos gerando prejuízos contábeis, mas obtendo liquidez. Então, analisar o fluxo de caixa concede esclarecimento da capacidade da

companhia de identificar falhas em sua estrutura de capital de giro, a tempo de consertar processos que estejam prejudicando a companhia.

Com base nisto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar como o CPC 03 – Demonstração de fluxo de caixa, são abordados nos congressos de contabilidade ANPCONT e USP entre os anos de 2014 e 2021. Para o cumprimento do objetivo desta pesquisa, os seguintes objetivos específicos foram traçados: a) Verificar a quantidade de publicações anuais; b) Identificar a Instituição de Ensino mais prolífera; c) Identificar os autores mais prolíferos, utilizando como fundamento a Lei de Lotka; e d) Identificar através da análise de conteúdo quais assuntos estão ligados a estas pesquisas publicadas nos congressos.

A Lei de Lotka, formulada em 1926 por Alfred J. Lotka, com base em um estudo para determinar a produtividade de cientistas. O autor verificou que uma proporção significativa da literatura científica tinha sido produzida por poucos autores, enquanto muitos autores tinham produzido quantidade semelhante ao do pequeno grupo. Além de ser a indicada para a análise realizada por este estudo, seu uso tem permitido a formação de um quadro que permite identificar e analisar, ao longo do tempo, o perfil da pesquisa contábil brasileira.

Essa pesquisa bibliométrica e documental se justifica pelo fato de facilitar a compreensão das principais características dos artigos sobre demonstração de fluxo de caixa, devido a importância desta peça contábil no Brasil, bem como contribuir com a produção científica, pois quando comparado com outros segmentos da ciência contábil, são poucos os estudos que exploram essa área de investigação, e proporcionar aos futuros pesquisadores uma visão geral, dos temas que mais estão sendo abordados nesse campo de conhecimento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC) E A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O Comitê de pronunciamentos contábeis surgiu da Resolução 1.055/05 delegada pela Lei 11.638/07, cuja tarefa é editar as normas internacionais de contabilidade divulgados pela IASB – International Accounting Standards Boards, e transformá-las em Pronunciamentos Contábeis. É seguindo e aplicando estes pronunciamentos contábeis de forma independente dos órgãos governamentais e suas leis fiscais, que torna possível a divulgação de um relatório mais homogêneo, demonstrando apenas a capacidade da empresa de gerar riqueza (CPC, 2014).

O CPC é uma entidade de direito privada, criada pela resolução do CFC nº 1.055/2005, cujo objetivo é gerar a convergência das normas contábeis internacionais estabelecidas pelo IASB por meio das IFRS (International Financial Reporting Standards) ao padrão brasileiro. Ribeiro (2019). A apresentação dos pronunciamentos teve início em 1º de janeiro de 2008, sendo inicialmente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim em 2008 foram aprovados 15 pronunciamentos contábeis e duas orientações e até 2022 já foram 53 pronunciamentos aprovados e alguns revogados (CPC, 2022).

Avaliando a importância do Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC), existem benefícios decorrentes de sua aplicação, proporcionando demonstrações padronizadas, possibilitando uma melhor avaliação nas demonstrações, e assim reduzindo os riscos de investimentos internacionais, uma ampla visão do processo produtivo, possibilitando uma melhor avaliação da integridade econômica da entidade, reduzindo o erro na avaliação de uma

demonstração financeira, além de desenvolver uma comunicação mais clara no mundo dos negócios usando uma linguagem harmônica possibilitando uma amplitude do acervo econômico, e principalmente a redução do custo de capital atendendo o Princípio da Competência (Oliveira, 2012).

De acordo com Francisco et al (2011), a demonstração dos fluxos de caixa evidencia as mudanças que ocorreram no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da empresa em um certo período por meio de fluxos e pagamentos. O objetivo desta demonstração, consoante com Salotti et al. (2019), é prover informações importantes sobre os fluxos de caixa gerados, em dinheiro, por uma determinada empresa e, desse modo, auxiliar os usuários na análise da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, assim como a necessidade para seu uso. Weygandt et al (2000), afirma que o principal objetivo da demonstração é fornecer informações sobre os pagamentos e recebimentos da empresa em um período e em segundo objetivo, fornecer informações acerca das atividades operacionais, de investimento e financiamento no período. Iudícibus e Marion (2016), afirmam que a demonstração, quando usada em conjunto com as demais, proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem as mudanças no ativo líquido em uma entidade, sua estrutura financeira (inclusive liquidez e solvência) e a capacidade para alterar os valores e prazos do fluxo de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades.

Essa peça teve sua origem normativa em 1987 com a introdução do FASB (Financial Accounting Standards Board) por meio da SFAS (Statements of Financial Accounting Standards) 95, que obrigou com que a DFC (Demonstrações de fluxo de caixa) fosse elaborada e publicada como componente das demonstrações financeiras. Francisco et al (2011).

No Brasil, a demonstração só se torna obrigatória de forma geral a partir da publicação da Lei nº 11638/2007, antes disso a obrigatoriedade só atingia setores específicos como energia elétrica (exigência da Aneel) e empresas com nível de governança de Novo Mercado (por exigência da Bovespa). A demonstração surge como substituta à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (Doar). De acordo com Martins (1999), ainda que a Doar fosse mais rica e relevante, sua dificuldade de elaboração e análise fazia com que sua divulgação fosse menos abrangente, priorizando o uso da DFC (Demonstrações de fluxo de caixa) por sua maior utilidade e entendimento mais simples. É válido ressaltar que essa é uma demonstração que, pela lei, é somente obrigatória para companhias abertas com Patrimônio Líquido acima de dois milhões de reais (art. 176, § 6º). Iudícibus et al (2022)

A lei apenas determina a obrigatoriedade da demonstração, para estabelecer as regras de elaboração e divulgação para a demonstração correspondente, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Segundo Scherer (2012), o CPC 03 foi criado com base na IAS 7 (International Accounting Standards): Statements of cash flows. E, de acordo com ele, o formato adequado é a classificação por grupos de atividades: atividade operacional, de investimento e de financiamento.

De acordo com o CPC 03, as movimentações relacionadas com as atividades operacionais são aquelas que estão relacionadas com as principais atividades responsáveis pela geração de receita da entidade. São também um ótimo indicador para saber se as operações da empresa têm gerado fluxos de caixa suficientes para manter a capacidade da empresa, amortizar empréstimos, pagar dividendos e juros sobre capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer à novas formas de financiamento. Stickney e Weil (2001), defendem que a venda de bens e a prestação de serviços são a forma mais importante de a empresa gerar caixa.

As atividades de investimento, pelo CPC 03, são aquelas cujo desembolso resulta em ativo reconhecido. Sua divulgação em separado é importante, pois informa quais são os dispêndios de recurso que a entidade efetua visando lucros e fluxos de caixa futuro. Segundo Libby et al (2004), os fluxos de caixa (tanto saídas como entradas) relacionados à compra ou venda de ativos de longa duração (como ativo imobilizado, intangível e biológico) ou investimentos em outras companhias serão atividades de investimento.

As atividades de financiamento, segundo Iudícibus et al (2022), estão relacionadas aos empréstimos de credores e investidores da entidade. Sua apresentação de forma separada é relevante pois os fluxos de caixa provenientes da atividade de financiamento são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade, assim como mostra a capacidade da empresa de usar recursos externos para financiar as atividades operacional e de investimento. Brigham e Ehrardt (2017) dizem que as atividades de financiamento são aquelas que levantam o caixa por meio de dívidas de curto prazo, longo prazo ou ações; e reduzem o caixa por meio do pagamento de dividendos, recompras de ações e pagamentos de juros sobre a dívida.

O CPC 03 também determina a respeito dos métodos de elaboração correspondentes à demonstração: método direto e indireto. Segundo Salotti (2022), a diferença entre os métodos está no modo de apresentação das atividades operacionais.

Consonante com Weygandt et al (2000), o método direto é o mais coerente com o objetivo de uma demonstração dos fluxos de caixa, pois mostra os recebimentos e pagamentos operacionais. Ademais, o FASB expressou uma preferência pelo método direto, porém permite a confecção do método indireto. Libby et al (2004), diz, também, que o método direto é preparado pelo ajuste de cada item da DRE do regime de competência para um regime de fluxo de caixa.

O método indireto, porém, segundo Salotti (2022), a demonstração é determinada a partir do lucro líquido e, por conseguinte, a parcela do resultado que teve impacto financeiro no período. O nome do método é esse pois apresenta o fluxo de caixa a partir do lucro líquido e, devido a isso, não se tem o fluxo propriamente dito apresentado diretamente na DFC. De acordo com Iudícibus et al (2022), as vantagens desses métodos estão na capacidade de apresentar as origens e aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazo nas contas operacionais do negócio e permitir a avaliação do usuário a respeito de quanto do lucro está se transformando em caixa no período.

2.2 CONGRESSOS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

A produção do conhecimento científico para ser eficaz, deve atender a qualidade formal para que se esgote todo o seu potencial. Para tal o mesmo é submetido as avaliações, seja por bancas com dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em revistas ou congressos científicos. Larocca, Rosso e Souza (2005, p. 119) expressa que “ a qualidade formal e o processo científico consideram dois aspectos essenciais: a avaliação constante e a comunicação da produção científica”.

Dentre os canais de comunicação do conhecimento científico, destacam-se os que seguem normas com rigor de maneira que a informação publicada seja confiável, e que correspondam ao pensamento da comunidade científica. Neste contexto, Vanti (2002), discorre sobre a importância da avaliação:

A avaliação, dentro de um determinado ramo do conhecimento, permite dignificar o saber quando métodos confiáveis e sistemáticos são utilizados para mostrar à sociedade como

tal saber vem se desenvolvendo e de que forma tem contribuído para resolver os problemas que se apresentam dentro de sua área de abrangência. Vanti (2002, p.152)

Podem-se afirmar que as publicações se tornam essenciais para o reconhecimento formal junto à comunidade científica, o que demonstra total importância dos congressos científicos e demais meios de comunicação com esta finalidade, que são referências para estudos e oportunidades de trocas de informações entre vários pesquisadores. Oliveira e Alvarado (2008) sinalizam que os congressos são uma forma de consolidar um campo científico, e isso é externado por Spiess e Mattedi (2020, p. 459): “os eventos se inserem neste círculo de credibilidade justamente por serem um espaço para o convencimento e a negociação dos fatos e dados científicos, ou seja, uma arena para a construção da credibilidade”.

De modo geral, os congressos além de contribuir efetivamente para o desenvolvimento técnico e científico e seu reconhecimento ele prestigia os pesquisadores. Santos (2008, p. 1), em sua análise descreve que “a busca por prestígio e reconhecimento é algo inerente ao campo científico, tendo em vista a maneira como estrutura e é estruturado (...) e os pesquisadores e as pesquisadoras buscam publicar, o mais rápido possível suas pesquisas”.

Estudos anteriores foram realizados acerca dos eventos científicos e suas contribuições. Para Lacerda et al. (2008, p.3) os eventos científicos fazem parte da comunicação informal da ciência e permitem aos seus participantes além do acesso a informações atualizadas na sua área profissional ou de estudo, uma facilidade maior nas relações e trocas que se estabelecem entre os pesquisadores.

Segundo Meadows (2000, p.139-140) “Os participantes de congressos e conferências podem planejar antecipadamente contatos específicos, mas também ocorrerão em geral contatos imprevistos, porém úteis, durante o evento”.

Slomski et. al (2013, p 3) retrata que a preocupação com a análise crítica da produção científica e a vigilância na pesquisa se faz presente nas diferentes áreas do conhecimento. Em contabilidade a atenção dos pesquisadores tem se voltado mais para os aspectos quantitativos desta produção, pois para Martins e Théophilo (2008, p. 2) “a maior parte dos trabalhos encontrados é orientada pela bibliometria, que consiste na avaliação quantitativa das referências encontradas em artigos, papers, relatórios científicos etc.”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa se caracteriza quanto aos objetivos como descritiva, quanto à abordagem do problema como quantitativa e qualitativa, e quanto aos procedimentos como documental, com análise bibliométrica. Ademais, foi utilizado a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1980), que menciona que em relação aos seus objetivos centrais como metodologia, seja quantitativa ou qualitativa, a análise de conteúdo pode ser sintetizada como uma manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a mesma da mensagem.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977) é compreendida em três etapas básicas: a) a pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos dados e interpretação. A pré-análise refere-se na seleção dos materiais e à definição dos procedimentos metodológicos que serão seguidos. Já a exploração do material trata do implementar de tais procedimentos. O tratamento e a interpretação têm por sua vez, o papel de geração de inferências e dos resultados da investigação feita pelo pesquisador. Nesta última etapa, as hipóteses do pesquisador poderão ser confirmadas ou não. Essa pesquisa se caracteriza como quantitativa,

pois os dados foram tratados utilizando técnicas da estatística descritiva e se enquadra como qualitativa, visto que pretende compreender e explicar os resultados encontrados.

Segundo Raupp e Beuren (2003, p. 89), a pesquisa documental “É justificada quando se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”. Essa pesquisa se caracteriza como documental, pois utilizou-se dos artigos publicados no endereço eletrônico dos Congressos ANPCONT e USP entre os anos de 2014 e 2021, para fundamentar a investigação.

Os estudos bibliométricos, pertencem à ciência da informação, refletem suma importância na avaliação das pesquisas, através das informações fornecidas por ela, demonstram o estágio de desenvolvimento de determinada área de investigação (Alvarenga & Araújo, 2011). Segundo Roza et al. (2011, p.6) “A pesquisa bibliométrica tem como um dos benefícios de sua utilização, a padronização de procedimentos que promovem a medição dos dados pesquisados, traduzindo as informações relevantes camufladas em pesquisas científicas, que serviram de auxílio a outros estudos”.

Existem três principais leis utilizadas para fundamentar a bibliometria, são a Lei de Lotka, a Lei de Bradford e a Lei de Zipf, o objetivo comum é avaliar diferentes variáveis (Martins, Mazzer & Gomes, 2015). A Lei de Lotka é responsável por analisar a produtividade dos autores, A Lei de Zipf mede a frequência de palavras no texto e a Lei de Bradford avalia a produtividade dos periódicos (Vanti, 2002).

Desde 2017, a USP realiza dois congressos de forma simultânea, sendo eles congressos USP International Conference in Accounting e USP de Iniciação Científica. Para efeito dessa pesquisa só as publicações do Congresso USP International Conference in Accounting foram consideradas.

A amostra deste trabalho foi composta por todos os artigos relacionados ao conteúdo do CPC 03 – Demonstração de Fluxo de caixa. Para o tratamento dos dados, a tabulação e análise será realizada através do software Microsoft Excel® e a análise de conteúdo foi feita com a leitura e compreensão dos resumos dos trabalhos da amostra. A escolha dos Congressos USP International Conference in Accounting e ANPCONT para a realização dessa pesquisa, se deu pelo fato do prestígio e reconhecimento do evento, que se trata de um Congresso Internacional, sendo um dos principais eventos em âmbito nacional, respectivamente.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

TABELA 01 – Percentual de frequência da abordagem do CPC 03 e Fluxos de caixa nos artigos publicados na USP de 2014 a 2021.

USP										
ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Trabalhos publicados	134	132	112	152	201	197	402	166	1496	187
Trabalhos abordados	0	1	1	0	1	1	3	1	8	1
% abordagem	0,00%	0,76%	0,89%	0,00%	0,50%	0,51%	0,75%	0,60%	0,53%	0,53%

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos autores

Nos anos de 2014 e 2017 não houve nenhuma publicação que trouxesse o estudo do CPC 03 e fluxos de caixa no congresso de contabilidade da USP. O ano de 2020 foi o que houve maior publicação, três, em um total de 402 artigos publicados, representando um total de 0,75% apenas. A média anual foi de apenas um artigo, comparado a uma média anual de 187 artigos publicados, representando um total de 0,53% de abordagem do tema estudado.

TABELA 02 – Percentual de frequência da abordagem do CPC 03 e Fluxos de caixa nos artigos publicados na ANPCONT de 2014 a 2021.

ANPCONT										
ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Trabalhos publicados	110	123	165	246	115	164	281	221	1425	178
Trabalhos abordados	0	0	1	1	0	2	2	0	6	1
% abordagem	0,00%	0,00%	0,61%	0,41%	0,00%	1,22%	0,71%	0,00%	0,42%	0,42%

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos autores

Nos anos de 2014, 2015, 2018 e 2021 não houve nenhuma publicação que trouxesse o estudo do CPC 03 e fluxos de caixa no congresso de contabilidade da ANPCONT. Os anos de 2019 e 2020 foram os anos que houve maior publicação do tema, porém, apenas dois em cada ano, representando um percentual de frequência de apenas 1,22% e 0,71% respectivamente.

A média anual foi de apenas um artigo, comparado a uma média anual de 178 artigos publicados, representando um total de 0,42% de abordagem do tema estudado.

TABELA 03 – Relação de instituições por autor que contribuíram pela abordagem do CPC 03 e Fluxos de caixa nos artigos publicados na USP de 2014 a 2021.

USP										
ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL	MÉDIA ANUAL
CUJP	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0,25
UEM	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0,25
UFPB	0	0	0	0	0	1	4	3	8	1,00
UFRJ	0	0	4	0	0	0	0	0	4	0,50
UFSC	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0,38
USP	0	2	0	0	2	0	0	0	4	0,50
TOTAL	0	2	4	0	2	3	9	3	23	2,88

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos autores

As instituições dos autores que mais publicaram alguma abordagem do tema, foram as Universidade Federal da Paraíba com oito autores no total, seguido pelas Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo, com quatro autores contribuintes em cada uma delas.

TABELA 04 – Relação de instituições por autor que contribuíram pela abordagem do CPC 03 e Fluxos de caixa nos artigos publicados na ANPCONT de 2014 a 2021.

ANPCONT

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Fucape	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0,25
IFPB	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,13
UFPB	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,13
UFRGS	0	0	0	0	0	3	6	0	9	1,13
UFSC	0	0	4	0	0	0	0	0	4	0,50
TOTAL	0	0	4	2	0	5	6	0	17	2,13

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos autores

No congresso da ANPCONT, a instituição dos autores que mais publicou a abordagem do tema, foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul com nove autores. A Universidade de Santa Catarina foi a segunda maior contribuidora, com quatro autores.

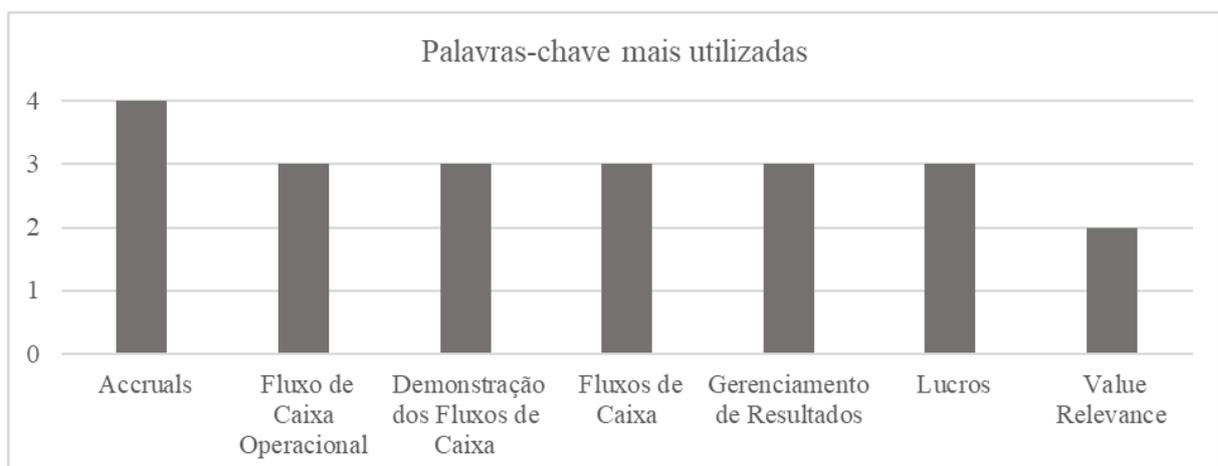
TABELA 05 – esta tabela tem por finalidade apresentar as pesquisas realizadas quanto a análise de conteúdo, apresentando a relação da pesquisa com o Fluxo de caixa.

TABELA 5.1 - ANPCONT	
Classificação	Pesquisa
Artigo 1	Identificar as características referentes à classificação dos itens da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFCs) que envolvem discricionariedade de classificação pelas empresas no período de 2010 a 2014
Artigo 2	Analisar como a habilidade de market timing (HMT) influencia o desempenho de investidores de fundos de ações brasileiros mensurando o desempenho dos investidores com base nos fluxos de caixa no período de 2010 a 2015.
Artigo 3	Identificar as características referentes à classificação dos itens da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFCs) que envolvem discricionariedade de classificação pelas empresas no período de 2010 a 2014
Artigo 4	Analisar o impacto da adoção do IFRS no value relevance da DFC no Brasil no período de 2005 a 2016.
Artigo 5	Descrever o comportamento ao longo do tempo da correlação entre o Fluxo de Caixa e Accruals reportados no período de 2010 a 2018.
Artigo 6	Analisar a influência do gerenciamento de resultado via accrual na relação entre o resultado contábil e o fluxo de caixa operacional no período de 2010 a 2019.
Artigo 7	Verificar se as variáveis contábeis resultado líquido contábil, accruals e fluxo de caixa operacional possuem capacidade de prever fluxos de caixa operacionais das seguradoras brasileiras no período de 2005 a 2013.
Artigo 8	Avaliar a capacidade do Fluxo de caixa operacional e do lucro líquido e dos ACC correntes em prever Fluxo de Caixa operacional futuro nos anos de de 2005 a 2007 e 2010 a 2014.

TABELA 5.2 - USP	
Classificação	Pesquisa
Artigo 9	Avaliar a hipótese de gerenciamento de resultados de uma administradora de programas de fidelidade, a partir da contabilização e reconhecimento de suas receitas e fluxos de caixa trimestrais entre 2010 e 2017.
Artigo 10	Avaliar a influência dos analistas financeiros no nível de conservadorismo e persistência dos lucros e dos fluxos de caixa das companhias abertas no Brasil, entre 2011 a 2017.
Artigo 11	Analisar a relevância do EBITDA, no mercado financeiro como proxy para geração de caixa, bem como do Fluxo de caixa Operacional, entre os anos de 2012 a 2018.
Artigo 12	Analisar se o valor justo dos ativos biológicos tem poder de previsão sobre os fluxos de caixa operacionais futuros, com sete empresas entre os anos de 2010 a 2019, de forma trimestral.
Artigo 13	Realizado um levantamento para evidenciar a importância da informação contábil-financeira e dos Fluxos de caixa para tomada de decisão em meio a pandemia da COVID 19, de pequenas e médias empresas.
Artigo 14	Verificar como o nível de regulação (REG) e de liberdade econômica (LE) influenciam na qualidade da informação contábil (QIC) por meio da capacidade preditiva da accruals e de fluxos de caixa em países da América Latina entre os anos de 2010 a 2018.

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos autores

GRÁFICO 01 – O gráfico 01 evidencia as cinco palavras-chave que foram mais utilizadas nos trabalhos.



Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pelos autores

Mediante a leitura dos resumos dos artigos, foram encontradas 51 palavras-chave, os termos semelhantes foram agrupados em um mesmo grupo de palavras.

O gráfico evidencia as sete palavras-chave que tiveram maior frequência no portfólio bibliográfico analisado, outras palavras com um número de frequência inferior a dois, não foram consideradas. O estudo demonstrou que quando publicado, os artigos estão diretamente relacionados a Accruals e Fluxo de Caixa Operacional.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar como está sendo abordado o tema CPC 03 e Fluxo de caixa presentes nos principais congressos de contabilidade do Brasil. Nota-se com os resultados da pesquisa, que ainda há pouca abordagem do tema CPC 03 e Fluxos de caixa nos congressos de contabilidade da USP e ANPCONT. Foi possível concluir que não houve nenhum autor que publicou mais de um artigo sobre o tema, durante o período abordado pela pesquisa.

Na análise das quantidades de autores por trabalho, foi identificado que 100% das pesquisas analisadas foram realizadas em parceria, entre dois, três e quatro autores. Com o estudo, foi percebido uma necessidade de se divulgar mais o tema dentro dos congressos de contabilidade, visto a importância do tema tratado para a análise das empresas.

Quanto a análise de conteúdo, não foi possível evidenciar nenhum artigo que tenha pesquisado sobre o CPC 03 e foi possível notar que todos os artigos, por mais que utilizem o fluxo de caixa para analisar, pouco se fala sobre os benefícios e vantagens que esta peça contábil possui.

Com este estudo, pretende-se contribuir para que mais pesquisadores minuciem a demonstração de fluxo de caixa e disseminem de forma mais ativa o conteúdo do CPC 03 – Demonstrações de Fluxo de caixa.

Portanto, espera-se que demandas de estudos futuros, abordem outros congressos de contabilidade no Brasil, e que mais pesquisas sejam feitas em torno dos temas envolvendo o CPC 03 e a demonstração de fluxo de caixa.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. F., E ALVARENGA, L. (2011). A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 16 (31), 51-70.

EHRHARDT, M. C., & BRIGHAM, E. F. (2017). *Administração financeira: teoria e prática*. 14ª edição. São Paulo: Cengage Learning.

ENSSLIN, S. R., & DA SILVA, B. M. D. S. (2008). Investigação do perfil dos artigos publicados nos congressos de contabilidade da USP e da UFSC com ênfase na iniciação científica. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(3), 113-131.

FRANCISCO, J. R., AMARAL, H. F., ASSIS, A. R., & BERTUCCI, L. A. (2011). Demonstração de Fluxo de Caixa–Atividade Operacional versus indicadores financeiros de liquidez: análise da gestão financeira. *RC&C Revista de Contabilidade e Controladoria*.

GOMES, C. A.S., OLIVEIRA, J. R. S., COELHO, N. S., & ANDRADE, C. C. B. M. DE. (2008) Produção Científica em Contabilidade Pública: uma Análise dos Artigos Apresentados no EnANPAD e Congresso USP de Controladoria e Contabilidade no Período 2004-2007. In *Encontro da ANPAD*.

IUDÍCIBUS, SERGIO (2009). *Teoria da contabilidade*. (9. Ed) São Paulo: Atlas.



IUDÍCIBUS, S. D., MARTINS, E., GELBCKE, E. R., & SANTOS, A. D. (2022). Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC.

IUDÍCIBUS, S. D., MARION, J. C. (2016). Contabilidade Comercial. 10ª Edição. São Paulo: Atlas.

LACERDA, A. L., WEBER, C., PORTO, M. P., & DA SILVA, R. A. (2008). A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia p. 130-144. Revista ACB, 13(1), 130-144.

LAROCCA, P.; ROSSO, A. J.; SOUZA, A. P. (2005). A formulação dos objetivos de pesquisa na pós-graduação: uma discussão necessária. Revista Brasileira de Pós-Graduação - Capes, Brasília, v. 1, n. 1, p. 118-133.

LUCA, M. M. M., GOMES, C. A. S., CORRÊA, D. M. M. C., & DOMINGOS, S. R. M. (2011). Participação feminina na produção científica em contabilidade publicada nos anais dos eventos Enanpad, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso Anpcont. Revista de Contabilidade e Organizações, 5(11), 145-164.

MARTINS, E. (1999). Contabilidade versus fluxo de caixa. Caderno de Estudos, 01-10.

MARTINS, G. A.; THEOPHILO, C. R. (2011). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007. Araújo, R. F., e Alvarenga, L.

MARTINS, M. I. C., MAZZER L. P. & GOMES M. S. (2015). Responsabilidade social corporativa: uma análise em periódicos nacionais de contabilidade sob a perspectiva da bibliometria e das redes sociais. In: VI CSEAR South América.

OLIVEIRA, M., & ALVARADO, R. U. (2008). A comunidade científica da biblioteconomia e ciência da informação brasileira. Informação & Sociedade, 18 (1), 13-29.

OLIVEIRA, S. C. M. (2012). Análise bibliométrica dos artigos de Contabilidade Pública publicados nos congressos da USP, ANPCONT e CBC. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil.

RAUPP, F. M. & BEUREN, I. M (2006). Metodologia da pesquisa Aplicável às Ciências Sociais: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e prática. (3ª edição). São Paulo: Atlas.

RIBEIRO, H. C. M. (2013). Contribuição do congresso USP ao estudo da área temática controladoria e contabilidade gerencial: uma bibliometria. Race: revista de administração, contabilidade e economia, 12(2), 709-746.

RIBEIRO, H. C. M. (2019). Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Análise da Produção Acadêmica Divulgada em Periódicos Nacionais da Área de Contabilidade de 2005 a 2014. Pensar Contábil, 20(73).

SALOTTI, B. M., LIMA, G. A. S. F. D., MURCIA, F. D. R., MALACRIDA, M. J. C., & PIMENTEL, R. C. (2019). Contabilidade financeira.

SANTOS, V. M. (2008) A carreira científica é igualmente competitiva para mulheres e homens? Revista Espaço Acadêmico n. 80.

SANTOS, P. R. P., & DE OLIVEIRA CARLIN, D. (2012). Análise da produção científica do congresso ANPCONT: um estudo bibliométrico sobre o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade. Contexto, 12(22), 131-144.



- SHORT, D. G., LIBBY, R., & LIBBY, P. A.** (2004). Financial accounting: a global perspective. McGraw-Hill.
- SCHERER, L. M., TEODORO, J. D., ANJOS, R. P., & KOS, S. R.** (2012). Demonstração dos Fluxos de Caixa: análise de diferenças de procedimentos de divulgação entre empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt, Milão e Londres. *Revista de Contabilidade e Controladoria (RC&C)*, 4(2).
- SILVA TEIXEIRA, YB, & ANTUNES, EP** (2021). Qual é a importância dos congressos científicos? Visões de pós-graduandos e docentes de Química de uma universidade pública. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10 (5), e34910515098-e34910515098.
- SLOMSKI, V. G., PINHEIRO, I. C. B., MEGLIORINI, E., & FERREIRA, T. A. R. C.** (2013). A importância da formulação da questão de pesquisa na produção científica em contabilidade: uma discussão a partir de trabalhos publicados no Congresso Brasileiro de Custos no ano de 2009. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.
- SPIESS, M. R., & MATTEDI, M. A.** (2020). Eventos científicos: da Pirâmide Reputacional aos círculos persuasivos. *Revista Sociedade e Estado*, 35 (2), 441-471. 10.1590/s0102-6992-202035020004.
- STICKNEY, C. P., & WEIL, R. L.** (2001). Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos. Atlas.
- VANTI, N. A. P.** (2002). Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da informação*, 31(2), 152-162.
- WANDERLEY, C. A. N., SILVA, A. C., & LEAL, R. B.** (2012). Tratamento Contábil de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas: uma Análise das Principais Empresas do Agronegócio Brasileiro. *Pensar Contábil*, 14(53), 53-62.
- WEYGANDT, J. J., KIESO, D. E., & KIMMEL, P. D.** (2000). Contabilidade financeira. LTC.
- WILLIAMS, B. R.; WILMSHURST, T. D** (2008). Accounting for self-generating and regenerating assets: meeting the objectives. *School of Accounting & Corporate Governance. Working Papers Series*, (n. 3), 1-16.